

É um dos textos mais completos que se tem escrito ultimamente, digno de inaugurar o novo milênio. Recolhe o que de melhor o discurso ecológico produziu, os resultados mais seguros das ciências da vida e do universo, com forte densidade ética e espiritual.” Leonardo Boff

O QUE É

“Este documento nasceu como resposta às ameaças que pesam sobre o planeta como um todo e como forma de se pensar articuladamente os muitos problemas ecológico-sociais, tendo como referência

central a Terra.”

ORIGEM

“Em 1992, por ocasião da Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, fora proposto tal documento, que, por razões que não cabe aqui referir, não foi aceito. Em seu lugar adotou-se a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Desta forma a Agenda 21, o documento mais importante da Eco’ 92, ficou privado de uma fundamentação e de uma visão integradora. Insatisfeitos, os organizadores, especialmente Maurice Strong, da ONU, e Mikhail Gorbachev, diretor da Cruz Verde Internacional, suscitaram a idéia de se criar um movimento mundial para formular uma Carta da Terra que nascesse de baixo para cima. Deveria recolher o que a humanidade deseja e quer para sua casa comum, a Terra. Depois de reuniões prévias e muitas discussões, criou-se em 1997 a Comissão da Carta da Terra,

composta por 23 personalidades dos vários continentes (eu entrei pelo Brasil), para acompanhar uma consulta mundial e redigir o texto da Carta da Terra. Efetivamente, por dois anos, ocorreram reuniões que envolveram 46 países e mais de 100 mil pessoas, desde favelas, comunidades indígenas, universidades e centros de pesquisa, até que, em início de março de 2000, no espaço da Unesco, em Paris, o texto final da Carta da Terra foi aprovado.”

CONTEÚDO

“É um dos textos mais completos que se tem escrito ultimamente, digno de inaugurar o novo milênio. Recolhe o que de melhor o discurso ecológico produziu, os resultados mais seguros das ciências da vida e do universo, com forte densidade ética e espiritual. Tudo é estruturado em quatro princípios fundamentais, detalhados em 16 proposições de apoio. Estes são os quatro princípios: (1) respeitar e cuidar da comunidade de vida; (2) integridade ecológica; (3) justiça social e econômica; (4) democracia, não-violência e paz.”

Ver conteúdo completo:

www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.doc

Princípios resumidos na Carta da Terra:

1. Respeitar a Terra e a vida em toda a sua diversidade.
2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.
3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.
4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.
5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.
6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.
7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.
8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.
9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.
10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.
11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.
12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a viver em ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.
13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e acesso à justiça.
14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.
15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.
16. Promover uma cultura de tolerância, não-violência e paz.

OBJETIVO

“O sonho coletivo proposto não é o ‘desenvolvimento sustentável’, fruto da visão intra-sistêmica da economia política dominante. Mas ‘um modo de vida sustentável’, fruto do cuidado para com todo o ser, especialmente para com todas as formas de vida e da responsabilidade coletiva em face do destino comum da Terra e da Humanidade. Este sonho bem aventurado supõe entender ‘a humanidade como parte de um vasto universo em evolução’ e a ‘Terra como nosso lar e viva’; implica também ‘viver o espírito de parentesco com toda a vida’, ‘com reverência ao mistério da existência, com gratidão, o dom da vida e com humildade, nosso lugar na natureza’; propõe uma ética do cuidado que utiliza racionalmente os bens escassos para não prejudicar o capital natural nem as gerações futuras; estas têm direito também a um planeta sustentável e com boa qualidade de vida.”

RESULTADOS

“As quatro grandes tendências da ecologia — ambiental, a social, a mental e a integral — estão aí bem articuladas com grande força e beleza. Se for aprovada pela ONU, a Carta da Terra será agregada à Carta dos Direitos Humanos. Assim teremos uma visão holística da Terra e da Humanidade, formando um todo orgânico, sujeito de dignidade e direitos.”

REFERÊNCIAS

www.leonardoboff.com

Texto de Leonardo Boff, Teólogo, Membro da Comissão da Carta da Terra.

www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=19726

Ler também

CARTA DA TERRA DOS POVOS INDÍGENAS

www.museu-goeldi.br/NPI/docs/POVOS%20INDIGENAS.doc

O que é a Carta da Terra?

A Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século 21, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica.

Busca inspirar todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada voltado para o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações. É uma visão de esperança e um chamado à ação.

A Carta da Terra se preocupa com a transição para maneiras sustentáveis de vida e desenvolvimento humano sustentável. Integridade ecológica é um tema maior.

Entretanto, a Carta da Terra reconhece que os objetivos de proteção ecológica, erradicação da pobreza, desenvolvimento econômico equitativo, respeito aos direitos humanos, democracia e paz são interdependentes e indivisíveis. Consequentemente oferece um novo marco, inclusivo e integralmente ético para guiar a transição para um futuro sustentável.

A Carta da Terra é resultado de uma década de diálogo intercultural, em torno de objetivos comuns e valores compartilhados. O projeto da Carta da Terra começou como uma iniciativa das Nações Unidas, mas se desenvolveu e finalizou como uma iniciativa global da sociedade civil. Em 2000 a Comissão da Carta da Terra, uma entidade internacional independente, concluiu e divulgou o documento como a carta dos povos.

A redação da Carta da Terra envolveu o mais inclusivo e participativo processo associado à criação de uma declaração internacional. Esse processo é a fonte básica de sua legitimidade como um marco de guia ético. A legitimidade do documento foi fortalecida pela adesão de mais de 4.500 organizações, incluindo vários organismos governamentais e organizações internacionais.

À luz desta legitimidade, um crescente número de juristas internacionais reconhece que a Carta da Terra está adquirindo um status de lei branca (soft law).

Leis brancas, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos são consideradas como moralmente, mas não juridicamente obrigatórias para os Governos de Estado, que aceitam subscrevê-las e adotá-las, e muitas vezes servem de base para o desenvolvimento de uma lei stritu senso (hard law).

Neste momento em que é urgentemente necessário mudar a maneira como pensamos e vivemos, a Carta da Terra nos desafia a examinar nossos valores e a escolher um melhor caminho. Alianças internacionais são cada vez mais necessárias, a Carta da Terra nos encoraja a buscar aspectos em comum em meio à nossa diversidade e adotar uma nova ética global, partilhada por um número crescente de pessoas por todo o mundo. Num momento onde educação para o desenvolvimento sustentável tornou-se essencial, a Carta da Terra oferece um instrumento educacional muito valioso.

Fonte: www.cartadaterrabrasil.org

Carta da Terra

O que é a carta da terra?

A Carta da Terra é uma declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global no século XXI, que seja justa, sustentável e pacífica. O documento procura inspirar em todos os povos um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade compartilhada pelo bem-estar da família humana e do mundo em geral. É uma expressão de esperança e um chamado a contribuir para a criação de uma sociedade global num contexto crítico na História. A visão ética inclusiva do documento reconhece que a proteção ambiental, os direitos humanos, o desenvolvimento humano equitativo e a paz são interdependentes e inseparáveis. Isto fornece uma nova base de pensamento sobre estes temas e a forma de abordá-los. O resultado é um conceito novo e mais amplo sobre o que constitui uma comunidade sustentável e o próprio desenvolvimento sustentável.

Por que a Carta da Terra é importante?

Em um momento no qual grandes mudanças na nossa maneira de pensar e viver são urgentemente necessárias, a Carta da Terra nos desafia a examinar nossos valores e a escolher um caminho melhor. Além disso, nos faz um chamado para procurarmos um terreno comum no meio da nossa diversidade e para que acolhamos uma nova visão ética compartilhada por uma quantidade crescente de pessoas em muitas nações e culturas ao redor do mundo.

Qual é o histórico da Carta da Terra?

Em 1987, a Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento fez um chamado para a criação de uma nova carta que estabelecesse os princípios fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

A redação da Carta da Terra fez parte dos assuntos não-concluídos da Cúpula da Terra no Rio de Janeiro em 1992 e, em 1994, Maurice Strong, Secretário Geral da Cúpula da Terra e Presidente do

Conselho da Terra e Mikhail Gorbachev, Presidente da Cruz Verde Internacional, lançaram uma nova Iniciativa da Carta da Terra com o apoio do Governo da Holanda. A Comissão da Carta da Terra foi formada em 1997 para supervisionar o projeto e estabeleceu-se a Secretaria da Carta da Terra no Conselho da Terra na Costa Rica.

Como foi criada a Carta da Terra?

A Carta da Terra é o resultado de uma série de debates interculturais sobre objetivos comuns e valores compartilhados, realizados em todo o mundo por mais de uma década. A redação da Carta da Terra foi feita através de um processo de consulta aberto e participativo jamais realizado em relação a um documento internacional. Milhares de pessoas e centenas de organizações de todas as regiões do mundo, diferentes culturas e diversos setores da sociedade participaram. A Carta foi moldada tanto por especialistas como por representantes das comunidades populares e o resultado é um tratado dos povos que estabelece importante expressão das esperanças e aspirações da sociedade civil global emergente.

Quem escreveu a Carta da Terra?

No começo de 1997, a Comissão da Carta da Terra formou um comitê redator internacional que ajudou a conduzir o processo de consulta. A evolução e o desenvolvimento do documento refletem o progresso de um diálogo mundial sobre a Carta da Terra. Começando com o Esboço de Referência, o qual foi editado pela Comissão após o Foro Rio+5, no Rio de Janeiro, os esboços da Carta da Terra circularam internacionalmente como parte do processo de consulta. A versão final da Carta foi aprovada pela Comissão na reunião celebrada na sede da UNESCO, em Paris, em março de 2000.

Quais são as fontes dos valores da Carta da Terra?

Junto com o processo de consulta para a redação da Carta da Terra, as mais importantes influências que dão forma às suas idéias e valores são a ciência contemporânea, as leis internacionais, os ensinamentos dos povos indígenas, a sabedoria das grandes religiões e tradições filosóficas do mundo, as declarações e relatórios das sete conferências de cúpula das Nações Unidas realizadas nos anos 90, o movimento ético mundial, grande número de declarações não-governamentais e tratados dos povos feitos durante os últimos trinta anos, assim como as melhores práticas para criar comunidades sustentáveis.

Qual é a missão da "Iniciativa Internacional da Carta da Terra"?

Com o lançamento oficial da Carta da Terra no Palácio da Paz, em Haia, no dia 29 de junho de 2000, iniciou-se uma nova fase para a Iniciativa, qual seja, estabelecer uma base ética sólida para a sociedade global emergente e ajudar na construção de um mundo sustentável baseado no respeito à natureza, aos direitos humanos universais, à justiça econômica e a uma cultura de paz.

Quais são os objetivos da "Iniciativa da Carta da Terra"?

1. Promover a disseminação, o aval e a implementação da Carta da Terra pela sociedade civil, pelo setor de negócios e pelos governos.
2. Promover e apoiar o uso educativo da Carta da Terra nas escolas.
3. Buscar o aval à Carta da Terra pelas Nações Unidas.

Como e para que a Carta da Terra pode ser utilizada?

Um número crescente de pessoas, organizações e comunidades estão descobrindo uma variedade de maneiras correlacionadas para disseminar a Carta da Terra.

Por exemplo, ela pode ser utilizada como:

Uma ferramenta educativa para ampliar a compreensão sobre as decisões críticas que a humanidade deve tomar e a urgente necessidade de comprometer-se com formas de vida sustentáveis

Um convite a pessoas, instituições e comunidades para que reflitam sobre as atitudes fundamentais e valores éticos que dirigem nosso comportamento

Um catalisador para alcançar o diálogo multissetorial entre diferentes culturas e credos, com relação à ética global e o rumo que a globalização está tomando

Um chamado à ação e um guia para uma forma de vida sustentável, que possa inspirar o compromisso, a cooperação e a mudança

Uma base de valores para criar políticas e planos de desenvolvimento sustentável em todos os níveis

Um instrumento para desenhar códigos profissionais de conduta que promovam a responsabilidade e para avaliar o progresso em direção à sustentabilidade dentro dos setores de negócios, das comunidades e das nações

Um instrumento de princípios norteadores de uma base ética para a elaboração gradativa de normas jurídicas ambientais voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Como você pode participar na Iniciativa da Carta da Terra?

Entre em contato com o grupo local ou nacional da Carta da Terra na sua área. A relação dos grupos pode ser encontrada na página eletrônica da Carta da Terra.

Inicie um grupo de estudos sobre a Carta da Terra para gerar idéias sobre como utilizá-la e como você pode aplicar seus princípios na sua casa, no seu trabalho e na sua comunidade local.

Distribua cópias da Carta da Terra e informações relevantes sobre seus antecedentes em escolas, comunidades religiosas, empresas e governos locais. Para obter cópias dos folhetos da Carta da Terra, escreva para a Secretaria Internacional na info@earthcharter.org ou telefone para 00 XX (506) 205-1600.

Apresente e utilize a Carta da Terra em eventos públicos, conferências e seminários.

Dê seu aval à Carta da Terra e fomente seu apoio entre as organizações às quais pertence.

Incentive seu governo local e nacional a utilizar e apoiar a Carta da Terra.

Exorte seu governo nacional a atuar para que a Carta da Terra seja apoiada pelas Nações Unidas.

Faça contribuições materiais e financeiras em apoio a projetos locais da Carta da Terra e à Iniciativa Internacional da Carta da Terra.

O que significa avalizar a Carta da Terra?

O aval à Carta da Terra, por parte de pessoas ou organizações, significa um compromisso com a visão e com os objetivos do documento. Isso mostra a intenção de usar a Carta da Terra de maneira adequada e para cooperar com outros no esforço da implementação de seus princípios. O aval dá apoio à Iniciativa da Carta da Terra e à mudança social. Para maiores informações sobre o aval, visite a página eletrônica na Internet.

Quem já deu o aval à Carta da Terra?

Milhares de organizações não-governamentais, cidades e povoados ao redor do mundo deram seu aval à Carta da Terra e estão trabalhando na implementação de seus princípios. Entre estes grupos encontram-se organizações ambientais tanto nacionais como internacionais, instituições e associações educativas, grupos religiosos, iniciativas para a paz, conselhos de governos locais, incluindo a Conferência de Prefeitos dos Estados Unidos e o Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI). A Carta da Terra também recebeu o aval da Universidade para a Paz das Nações Unidas na Costa Rica, à qual a Secretaria Internacional encontrase atualmente afiliada.

Fonte: www.reviverde.org.br

Carta da Terra

A Carta da Terra: o desafio de lembrar à Humanidade a sua identidade

1- Introdução

O Documento A Carta da Terra nasceu em um contexto histórico de profundas crises. Crises-sintomas, que apontam para uma crise-causa: a falência de um modelo civilizatório, de um modelo paradigmático do humano se conceber e às suas relações.

As evidências fazem-se notar: algo precisa ser interrompido, para que um novo possa irromper.

Mas o contexto também é repleto de potencialidade: A Carta da Terra é já a expressão coletiva de uma nova consciência planetária que vai surgindo. Não nasceu de poucas cabeças, mas de muitas vidas. Nesse sentido, o documento já representa a irrupção de um novo.

Mas não devemos cair na tentação de dizer exaustivamente o que "deve ser" esse novo. Não podemos esquecer que nossas vozes ainda ecoam do fundo de um modelo a ser superado.

Somos filhos desse modelo. E ainda que já não estejamos satisfeitos com ele, ainda não somos suficientemente libertos dele.

Nossa ânsia em descrever o novo pode maculá-lo na potencialidade que ele tem de ser realmente diferente. Interromper o que está dado parece ser esse o desafio que a nós cabe. Ajudar a construir um paradigma que estimule a humanidade interromper o que está dado...

Na educação, esse desafio tem inúmeras e imensas possibilidades, sobretudo porque toda educação – formal e informal – como sistema de formação, é extremamente conservadora, no sentido de que tem efeitos de longa duração em um modo de vida. Isso tem seu lado importante, porque o que pode caracterizar, na história, um processo evolutivo, dependerá de uma certa conservação e constância, desse modo de vida, por inúmeras gerações. A forma como aprendemos e fomos ensinados revela a forma como vivemos e ensinamos. Mas é exatamente nessa característica que se esconde o risco. A educação tem sido espaço de legitimação e manutenção de um modelo civilizatório que coloca a humanidade em risco. Se há algo que se deva conservar no processo educativo, esse algo deve ser a paixão pela transformação, pela busca do inusitado e do mais crítico, que permita às crianças – também por paixão! – de forma espontânea, sem esforço – redescobrir modelos relacionais mais incluídos e harmoniosos, que levem à convivência com a alteridade, respeitando o direito à diferença.

Na perspectiva de novos paradigmas, Humberto Maturana, expoente da Biologia do Conhecimento, faz-nos uma provocação:

Todos os conceitos e afirmações sobre os quais não temos refletido, e que aceitamos como se significassem algo simplesmente porque parece que todo mundo os entende, são antolhos.

Para que o novo irrompa, precisamos nos questionar acerca de nossos antolhos. Sem emprendermos em nós esse trabalho difícil de reconhecimento, o documento A Carta da Terra e sobretudo a sua proposta não passará de um conjunto de normas, até princípios, puramente teóricos, que são lidos e trelidos, admirados, e depois colocados nas estantes de nossas casas, mas impotentes no sentido de interromper o que está dado para fazer irromper um novo.

A Carta da Terra já é diferente de todos os documentos. O texto em si foi elaborado pressupondo a superação desses antolhos. Ela inaugura novos conceitos, é sistêmica na forma

e na metodologia, e nos insere diante de novas leituras da realidade e de possibilidades, todas interdependentes.

Por isso, para apreendê-la e acolhê-la, faz-se necessária uma sensibilização. De parte da Terra que somos – Leonardo diz que somos a própria Terra que sente, que pensa, que ama, que cuida e que venera –, ou como filhos da Terra, precisamos resgatar uma humildade (de húmus), que nos devolva a fertilidade necessária para desenvolvermos novas sementes de consciência. São muitos os antolhos que nos limitam. Aqui, no entanto, procuraremos refletir sobre alguns resgates importantes na superação de antolhos, para que possamos avançar em termos de consciência.

2- O resgate da Emoção

Somos seres sobretudo emocionais. Nascermos e crescemos aprendendo que o que caracteriza o ser humano é o fato de sermos racionais. A racionalidade não só fundamentou uma distinção do ser humano em relação a outras espécies, como consolidou uma tendência antropocêntrica, afirmando a nossa superioridade como espécie. Aprendemos isso. Pela razão, soberana, colocamo-nos no “topo” da cadeia da vida. Porque temos razão e inteligência, aprendemos que a nós foi confiada a tarefa de conhecer (fazer ciência), dominar e até controlar o mundo. Uma hermenêutica patriarcal das Escrituras também reforçou isso, a partir do Livro do Gênesis. Sentimo-nos chamados a crescer e dominar a Terra. De alguma forma, a ciência nasceu e se desenvolveu nesse espírito.

Mas certamente a história do Universo guarda outras interpretações em relação ao humano. Boff nos alerta que durante 99,98% de sua história, o Universo complexificou-se sem a presença humana. Se a vida que emerge há 3,8 bilhões de anos é um capítulo da história do Universo, a vida humana (aproximadamente 7 milhões de anos) é um subcapítulo. O Universo simplesmente configurou-se sem a presença humana.

Hoje a Biologia do Conhecimento vem reforçar que a racionalidade não é o eixo do humano. Que o humano se encontra no entrelaçamento entre razão e emoção. Que o que permitiu que o cérebro se desenvolvesse historicamente e nos tornássemos complexos, não foi a razão, mas a linguagem. E a linguagem não é uma aquisição do ser humano, fechado em si mesmo. Não há uma linguagem pronta, que cada um de nós aprende e desenvolve. Ela não está no cérebro, ainda que este se desenvolva através dela. A linguagem, que definiu a espécie Homo, nasceu de profundas interações cooperativas e consensuais. Sem relação, sem cooperação, sem interação, sem consenso, não haveria a linguagem. Portanto, a linguagem nasce sobretudo da emoção, em seu sentido originário, que não é a mesma coisa que um sentimento. Emoção, em

seu sentido etimológico, significa "mover-se para fora". Emoção é o movimento da vida em relação ao meio e às relações. Sem emoções que nos fizessem interagir com o meio e com os outros seres, jamais seríamos capazes de nos desenvolver na linguagem.

Assim, por trás de qualquer racionalidade, há uma emoção fundante. A mudança de nossos fundamentos racionais depende de uma interferência nas bases de nossas emoções.

Maturana irá identificar uma emoção básica, nos primatas da nossa linhagem, que permitiu com que a vida e o cérebro se complexificassem: o amor.

Não o amor-adjetivo, aprendido, valor religioso e considerado virtude especial, mas o amor-substantivo, constitutivo da vida:

(...) Por isso penso também que, para que se desse um modo de vida baseado no estar juntos em interações recorrentes no plano da sensualidade em que surge a linguagem, seria necessária uma emoção fundadora particular, sem a qual esse modo de vida na convivência não seria possível. Esta emoção é o amor.

Estamos em um momento da história em que o Universo clama por um humano mais emocional e consciente de suas emoções, sensível e menos racional e pensante. Talvez, o grande desafio da Educação, nessa perspectiva, seja levar a humanidade a desaprender suas certezas, verdades, padrões de relacionamento; seja o de promover uma alfabetização ecológica; seja incentivar um retorno não ao passado, mas às origens do que já fomos.

3- O resgate do senso de pertencimento

Pela mesma herança racionalista, que acima já nos referimos, os que nunca nos conformamos com as estruturas da sociedade aprendemos a apostar no discurso racional e ético para evocar as mudanças que sonhamos. Sempre apostamos no poder midiático, da palavra, e fizemos dele o nosso instrumento pedagógico. Temos dificuldades de reconhecer que estes "ainda que maravilhosos" só convencem aqueles que já estavam convencidos ou aqueles cuja emoção já encontrava ressonância naquilo que ouvia. Afinal, ideologias assentam-se sobre premissas emocionais. Talvez por isso se diga, popularmente, que religião, futebol e mulher não devem ser temas em debate. A história mostra isso de forma sangrenta.

A Carta da Terra coloca-nos, entretanto, diante de uma realidade inusitada. Seus princípios não existem para serem adotados por uns poucos. Não estamos mais diante de uma realidade que nos possibilita dividir-nos em tendências, em facções, em partidos. Ainda que mulheres, crianças, negros, indígenas tenham, entre os mais pobres, suas vidas de fato mais ameaçadas, uma crise ecológica coloca vulnerável toda a Humanidade. O ar, a água, a terra, as condições climáticas... são universais em sua manifestação. Uma consciência planetária é um imperativo pós-ideológico; é uma questão de sobrevivência da humanidade.

Precisamos todos estar sensíveis a essa questão, que a todos envolve. O destino humano é coletivo.

Nesse contexto vem uma questão crucial: como sensibilizar os que não pensam como nós? Como sensibilizar os 2/3 da inteligência mundial que trabalha para projetos militares? Como sensibilizar uma lógica global do capital, endossada por Governos, que transforma vida e recursos naturais em mercadorias de consumo? Como sensibilizar uma cultura que sofre de uma hipertrofia em relação ao presente, pouco se importando com os direitos das futuras gerações?

Um dos "antolhos" perigosos, já acima citado e que vale repetir, é que somos exímios formuladores de princípios, sem nos darmos conta de que estes, muitas vezes, estão sendo formulados no seio da matriz de pensamento que se vê em crise. Nesse sentido, devemos motivar mais a humanidade para que esta e suas instituições tenham a coragem de interromper o que está dado, antes de pensar em um novo começo. Para que valores possam nascer, é preciso que valores possam morrer. É da interrupção do que está dado que será possível vir um novo para nós, quiçá melhor, ainda não materializado.

O esvaziamento é um princípio oriental importante: condição para o surgimento de uma nova vida.

Na visão dos novos paradigmas, a Ecologia, como uma forma interdependente de se estar na Casa Comum, e a Ética, como um modo de se relacionar nessa Casa, não tem a ver só com princípios, mas, sobretudo, com um sentimento de pertença. O sentimento de pertença emana de um fundamento ético. Um fundamento ético nasce sobretudo de uma emoção e de uma experiência. Por isso é mais fácil cuidar das relações primárias do que de todas as outras. Sentimos e nos comovemos por aquilo que está próximo e por aquilo que acreditamos que faz parte de nós. Isto porque temos fundamentos éticos para aprender a amar e nos sentir fazendo parte dos nossos próximos (sobretudo família). O grande desafio, pois, que uma Ética Planetária postula, não tem a ver com a elaboração de novos discursos de convencimento,

mas com a sensibilização para a ampliação das redes de pertencimentos. Precisamos cultivar fundamentos éticos mais amplos, que alarguem nossos horizontes e experiências humanas, que incluam outras culturas, outras nações, outros credos, outras formas de vida, enfim, precisamos de fundamentos éticos de uma Consciência Planetária.

A Carta da Terra inaugura um fundamento ético quando nos lembra que fazemos parte de uma só família humana, com origem e destino comuns. Precisamos resgatar a emoção dos antigos, de nos sentirmos fazendo parte e pertencendo ao Universo. Precisamos resgatar os princípios tribais, de forma ampliada, entendendo que a Terra é uma mesma tribo humana.

Esse processo é marcado por conflitos, porque é a Cultura e não a Natureza que exclui, que gera espírito de competição e negação. E o ser humano, que se vê excluído e não pertencendo, responde a isso agredindo sobretudo à Natureza, sem se dar conta de que está ameaçando a própria vida. Pertencer é ser parte e não possuir uma parte. Tem a ver com a lógica do "pensar localmente e agir globalmente". Precisamos passar de gestores para colaboradores. Entender isso é superar um "antolho".

4 – Resgate do significado de Cultura da Paz

A Carta da Terra inaugura um conceito de Cultura da Paz bastante pertinente: Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras vidas, com a Terra, com o grande Todo do qual somos parte.

No que se refere à Cultura da Paz, sempre carregamos muitos "antolhos".

Aprendemos que o ser humano é agressivo e competitivo por natureza. Aprendemos que roupa suja se lava em casa. Aprendemos que em briga de marido e mulher ninguém mete a colher. Aprendemos que o conflito é ruim.

Todos esses aprendizados significaram desaprendizados históricos de nossas origens.

Uma Cultura da Paz não é uma realidade que está à nossa frente, quase utopia, resultado de muito trabalho. Uma Cultura da Paz é a metodologia, por excelência, para efetivar o modo de vida sustentável, novo princípio civilizatório postulado pela Carta da Terra. Sem uma Cultura de Paz que nos reconcilie conosco mesmo e com os outros, jamais conseguiremos nos

reconciliar com os outros seres e com o grande Todo do qual fazemos parte. Até mesmo porque não nos sentimos fazendo parte, mas nos colocamos à parte.

O que a ciência sabe hoje é bem diferente do que aprendemos. Pelo estudo de registros fósseis e de povos que guardam valores ancestrais, sabe-se que até 10 mil anos atrás (época da Revolução Agrícola), em que o ser humano deixa de ser nômade e começa a tomar posse das coisas, não haviam guerras e nem a violência que se conhece hoje.

Por uma consciência profunda da condição de fragilidade nômade, da importância do espírito cooperativo para a defesa e a sobrevivência, pelo sentimento de parentesco e pertencimento entre todos, estima-se que os primatas humanos eram profundamente cooperativos, a tal ponto, que se constituíram através da linguagem, que depende de consensos e interações permanentes. Nas tribos primitivas, ainda havia o papel dos chamados "terceiros", que podiam ser pessoas ou a comunidade inteira, que ajudavam na intermediação dos conflitos inerentes à existência. A "paz" era uma aquisição de responsabilidade coletiva. A cooperação era a metodologia para a resolução dos conflitos. E como as pessoas tinham uma formação social austera, os propósitos individuais eram congruentes com os propósitos coletivos.

Por isso, afirma-se hoje que a competição, enquanto fenômeno que engendra a negação de um outro, é um processo cultural que nada tem a ver com o biológico. Biologicamente, a vida se complexifica em função de um senso cooperativo entre todas as espécies.

A partir da Revolução Agrícola, com o sedentarismo e a aquisição da propriedade privada, começam os registros dos conflitos coletivos, das guerras e da violência. É quando o humano deixa de ser colaborador e parte para passar a ser o gestor e proprietário da vida.

Uma Cultura da Paz é um pré-requisito à Consciência Planetária. Depende de um olhar cooperativo, antes sobre nós mesmos, sobre a nossa relação com tudo o que nos cerca. Sem uma Cultura da Paz não pode haver integração ecológica. Avançar nessa reflexão é superar um "antolho".

5 – Resgate do Princípio de Coexistência

Somos herdeiros de uma lógica que não nos constitui plenamente. É uma lógica antropocêntrica (melhor dizendo, eurocêntrica), racionalista, cristã. Ainda que o povo

brasileiro tenha sido "forjado" a partir do encontro forçado, sobretudo do colonizador português com índio e com africano, herdamos a matriz cultural principalmente dos primeiros.

A cultura do colonizador era marcada por alguns aspectos que também nos marcaram: a soberania em relação a outras culturas que se configurou numa matriz de intolerância ao outro e ao diferente -, e o sentimento de apartamento da natureza, em função de uma racionalidade.

Postula-se hoje algumas teorias para a forma interativa com que os portugueses estabeleceram relação com os habitantes do Brasil.

Uma primeira tem a ver com o espírito de colonização: quem coloniza, subjuga, nega, converte, submete, escraviza. Uma outra teoria tem a ver com o fato de que os índios demonstravam muita integração com a natureza. Como a matriz cultural do colonizador europeu já era marcada por um sentimento de distinção entre ele e a natureza, sendo esta objeto de exploração, a constatação de que os indígenas eram naturais fez com que a relação estabelecida com esse povo fosse nos mesmos moldes que a estabelecida com a natureza: uma relação de domínio. Uma terceira, de vertente antropológica, acredita que o sentimento de colonização vem em função do reconhecimento de uma falta, por parte do colonizador. Há o domínio, não em função do que o outro é, mas do que o outro revela sobre aquilo que não tenho e não sou.

De qualquer forma, a partir daí, essa matriz de intolerância, passou a definir nossas relações. Por isso, de 6 milhões de indígenas que viviam nesta nação, restam apenas aproximadamente 200 mil. Por isso 10 milhões de africanos deixaram suas terras para construir o nosso país. E, como diz, Boff, ainda que tenhamos superado a escravidão formal, não houve nenhuma compensação histórica para com essas culturas. E nem nossa matriz de pensamento mudou.

O que a ciência postula, hoje, é bem diferente do que aprendemos. Ainda pelo estudo de registros fósseis e de povos que guardam valores ancestrais, sabe-se que o que permitiu à vida se desenvolver, evoluir e chegar até os dias de hoje, é exatamente o contrário de uma intolerância à diferença, mas uma profunda aceitação e respeito ao outro, como legítimo outro. Ainda Maturana postula que aquilo que o que define uma relação social é a aceitação e o respeito do outro, como legítimo outro. E os nossos primatas antropóides, sustentados biologicamente por uma emoção de amor, conseguiram fazer isso, resultando numa espécie que se consolidou com a linguagem.

Para Maturana, o ser humano só é e será capaz de aceitar e respeitar o outro, em sua diferença, à medida que aceitar-se e respeitar-se a si mesmo, motivado pela aceitação e respeito do outro para consigo. Não é possível aceitar e respeitar, sem aceitar-se e respeitar-se.

Nesse sentido, esse é o desafio de todo o processo educativo, que culmina numa Cultura de Paz: propiciar que as pessoas se aceitem e se respeitem para que possam aceitar e respeitar os outros, o diferente de si mesmo, outras culturas e crenças, o Universo em sua profunda alteridade complementar.

6- Desafios que permanecem

A Carta da Terra quer lembrar à humanidade a sua identidade e origem.

Quer afirmar princípios de uma identidade perdida. Quer nos lembrar que quando esquecemos quem somos, tornamo-nos autodestrutivos e destrutivos em relação ao que nos cerca. Quer nos lembrar que nem sempre estivemos no topo da cadeia da vida e que quando não estivemos mergulhados nessa ilusão, a vida desenvolveu-se de forma equilibrada. Quer nos lembrar que os seres vivos e seu modo de se organizar têm muito a nos ensinar. Quer nos lembrar que as mudanças precisam partir das habilidades e possibilidades locais. Quer nos lembrar que a cooperação não é a ausência de conflitos, mas a metodologia para a resolução deles. Quer nos lembrar que tudo precisa começar e não terminar com uma Cultura da Paz, que é o processo, através do qual, reconectase de forma qualitativa com a totalidade da vida, a partir de outras lógicas e modalidades de relação. Quer nos lembrar que existem saídas e que somos chamados a escolher.

E, por fim, também quer nos lembrar que esse tempo pode ser lembrado como um nosso começo. Tudo isso depende de nós. De cada um e da coletividade.

Permanecem muitos desafios. Interromper o que está dado. Romper com o ritmo cronológico que nos é imposto. Esvaziarmos nossa mente. Silenciarmos por um tempo. Reconectarmos o nosso centro, fazendo contato com o que somos e de fato necessitamos. Redescobriremos nossos afetos e emoções, redimensionando os nossos desejos... Enfim, voltarmos a contemplar e a sentir todas as formas de vida, antes de pensarmos sobre elas... eis alguns desafios para a implantação da Carta da Terra.

A Carta da Terra termina, fazendo votos de que o nosso tempo seja lembrado como um tempo de mudanças e recomeço. Sobretudo de reverência face à vida. Quiçá, nesse tempo, possa se resgatar um ser humano mais consciente e menos arrogante, capaz de cuidar da vida em todas as suas expressões – sem ver nisso uma aquisição especial –, capaz de cultivar propósitos individuais que coincidam com os coletivos, de tal forma, que a sua integração e Cultura de Paz seja a expressão da sua própria natureza. Fernando Pacheco, presidente do Instituto EcoOca postula que o homem ecológico será aquele que conseguir, sem sacrifício, agir no cotidiano sentindo-se parte e não gestor de seu habitat. Ideal é o modelo de humano sábio, nas palavras de Confúcio (cf. Os Analectos, II, 4)

Aos quinze anos, orientei o meu coração para aprender.

Aos trinta, plantei os meus pés firmemente no chão.

Aos quarenta, não sofria mais de perplexidade.

Aos cinqüenta, sabia quais eram os preceitos do céu.

Aos sessenta, eu os ouvia com ouvido dócil.

Aos setenta, eu podia seguir as indicações do meu próprio coração, pois o que eu desejava não mais excedia as fronteiras da Justiça.

A história da humanidade registra um ser humano que se lançou à aventura de desbravar um mundo ao seu redor. E talvez o seu desastre tenha sido se debruçar fora antes mesmo de conhecer a si mesmo. A crise atual revela o declínio de um tipo de subjetividade e a completa inabilidade do ser humano lidar com os seus próprios desejos. Se o capitalismo sobrestimou a dinâmica dos desejos, transformando tudo em objetos de consumo, o socialismo subestimou essa dinâmica, apostando na supremacia do pão sobre a beleza.

Um modo de vida sustentável terá certamente que se ocupar com a questão do desejo. Uma consciência planetária exige uma sinergia mínima entre propósitos pessoais e coletivos. A Carta da Terra expressa bem essa preocupação. Tem consciência que é preciso que haja mudança de valores e consciências. Diria que é precisamos nos empenhar na emergência de uma Ecosubjetividade, ou Subjetividade Sustentável, capaz de dar suporte a um modo de vida sustentável. Quiçá ela dê conta de forjar um novo ser humano que, diferente do poema de Confúcio, muito antes dos setenta anos, seja hábil em ouvir seu coração e que tenha desejos que, naturalmente, não excedam as fronteiras da Justiça.

Maristela Barenco

Fonte: www.cartadaterra.com.br

Carta da Terra

INTRODUÇÃO

A idéia da Carta da Terra surgiu a partir da Eco 92, onde a ONU criou um órgão que posteriormente foi transformado na ONG Earth Council, com sede na Costa Rica. Sua missão foi de elaborar a Carta da Terra, uma declaração universal para orientar a humanidade a caminhar com o desenvolvimento sustentável e criar uma ética globalizada, um código de conduta para pessoas e nações rumo à sustentabilidade, capaz de refrear o consumismo predatório dos países ricos e eliminar a escassez extrema, não só de alimentos, como de educação, oportunidades, informação e meios de sobrevivência básicos.

Para se entender o papel e o significado da Carta da Terra é necessário tomar por base o contexto dos esforços das Nações Unidas, preocupadas em identificar as questões fundamentais relativas à segurança mundial. Quando da criação da ONU, em 1945, entre os temas da discussão, destacavam-se as pazes, os direitos humanos e o desenvolvimento equitativo.

Durante os primeiros anos de existência da ONU, a questão ambiental ainda não se colocava como uma preocupação comum, da mesma maneira que era dada pouca atenção ao bem estar ecológico. Não obstante, desde a Conferência de Estocolmo, sobre Entorno Humano em 1972, a segurança ecológica passou a ser a quarta preocupação principal das Nações Unidas.

A partir desse evento, identificam-se os seguintes marcos:

1987 – A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMAD), conhecido por Comissão Brundtland, recomendou a criação de uma carta ou declaração universal sobre a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

1992 – A Eco 92 iniciou o processo e chegou a um primeiro consenso sobre a "Declaração de Princípios do Rio". Incumbida de dar prosseguimento ao projeto Carta da Terra.

1995 – Seminário Internacional sobre a Carta da Terra, realizado em Haia, na Holanda. Ali foram definidos as necessidades, os elementos principais e a forma de elaboração da Carta da Terra.

1996 – Inicia-se, com vários grupos o processo de consulta, como parte da preparação para o Rio+5, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1997, cinco anos depois do Eco 92.

1997 – Durante o Rio+5 foi constituída uma Comissão da Carta da Terra. Naquela ocasião chegou-se ao texto da primeira minuta de referência, que baliza hoje as discussões em todo o mundo.

1998 ☐ Realização em Cuiabá, Mato Grosso/ Brasil, da primeira conferência regional, envolvendo os países da América Latina e Caribe e da América do Norte. Essa conferência abriu o processo das sistematizações continentais.

2000 – 2002 ☐ Lançamento da Carta da Terra

Segue abaixo a versão da Carta apresentada no Fórum Rio+5, em 1997:

De forma solidária entre todos e com a comunidade da vida, nós, os povos do mundo, comprometemo-nos à ação orientada pelos seguintes princípios inter-relacionados:

1. Respeitar a Terra e toda a vida. A Terra, toda a forma de vida e todos os seres vivos possuem um valor intrínseco e têm direito ao respeito, sem levar em conta seu valor utilitário para a humanidade.
2. Cuidar da Terra, protegendo e restaurando a diversidade, a integridade e a beleza dos ecossistemas do planeta. Onde houver risco de dano grave ou irreversível ao meio ambiente, uma ação preventiva deve ser adotada a fim de evitar prejuízo.
3. Viver de modo sustentável, promovendo e adotando formas de consumo, produção e reprodução que respeitem e salvaguardem os direitos humanos e a capacidade regeneradora da Terra.
4. Instituir justiça e defender, sem discriminação, o direito de todas as pessoas à vida, à liberdade e à segurança pessoal, dentro de um meio ambiente adequado para a saúde humana e o bem-estar espiritual. As pessoas têm direito à água potável, ar puro, solo não-contaminado e à segurança alimentar.
5. Compartilhar eqüitativamente os benefícios do uso de recursos naturais e de um meio ambiente saudável entre as nações, entre ricos e pobres, homens e mulheres, e gerações presentes e futuras, internalizando todos os custos ambientais, sociais e econômicos.
6. Promover o desenvolvimento social e sistemas financeiros que criem e mantenham meios sustentáveis de subsistência, erradiquem a pobreza e fortaleçam as comunidades locais.
7. Praticar a não violência, reconhecendo que a paz é o todo criado por relações harmônicas e equilibradas consigo mesmo, com outras pessoas, com outras formas de vida e com a Terra.

8. Fortalecer processos que capacitem as pessoas a participar efetivamente no processo decisório e que assegurem a transparência e o dever da prestação de contas no exercício do governo e na administração de todos os setores da sociedade.
9. Reafirmar que às populações nativas e tribais cabe um papel vital no cuidado e proteção da Mãe Terra. Elas têm o direito de preservar sua espiritualidade, seus conhecimentos, terras, territórios e recursos.
10. Afirmar que a igualdade de gênero é um requisito do desenvolvimento sustentável.
11. Assegurar o direito à saúde sexual e reprodutiva, com preocupação especial para com as mulheres adultas e jovens.
12. Promover a participação dos jovens, na qualidade de agentes responsáveis de mudança, visando a sustentabilidade local, bioregional e global.
13. Fazer avançar e aplicar o conhecimento científico e de outra natureza, bem como tecnologias, que promovam meios de vida sustentáveis e protejam o meio ambiente.
14. Assegurar que todas as pessoas tenham, ao longo de sua existência, oportunidades de adquirir o conhecimento, os valores e as habilidades práticas necessárias para criar comunidades sustentáveis.
15. Tratar todas as criaturas com bondade e protegê-las da crueldade e do aniquilamento arbitrário.
16. Não fazer ao ambiente dos outros o que não queremos que façam ao nosso.
17. Proteger e restaurar áreas de extraordinário valor ecológico, cultural, estético, espiritual e científico.
18. Cultivar e praticar um sentimento de responsabilidade compartilhada pelo bem-estar da Comunidade da Terra. Toda pessoa, instituição e governo têm o dever de promover metas indivisíveis de justiça para todos, sustentabilidade, paz mundial, respeito e cuidado para com a comunidade de vida mais ampla.

PREÂMBULO

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, num tempo em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro representa, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade planetária sustentável baseada no respeito à natureza, e aos direitos humanos universais, à justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os Povos da Terra,

declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

Na Terra, nosso lar, a humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da manutenção de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

Os desafios a nós impostos impõem-nos a escolher entre: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais, não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil planetária está criando novas oportunidades para a construção de um mundo democrático e humano. Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções não excludentes.

Devemos assumir uma responsabilidade universal para realizar estas aspirações, identificando-nos com toda a comunidade terrestre bem como com nossa comunidade local. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual a dimensão local e global estão ligadas. Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida, e com humildade considerando a relação e o lugar que ocupa o ser humano na natureza. Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento

ético à comunidade mundial emergente. Portanto, juntos na esperança, afirmarmos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos, e instituições transnacionais será guiada e avaliada.

PRINCÍPIOS

I – RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DA VIDA

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade. Reconhecer que todos os seres são interligados e cada forma de vida tem valor, independentemente de sua utilidade para os seres humanos. Afirmar a fé na dignidade inerente a todos os seres humanos e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade.
2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão, amor e aceitar que, com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas. Assumir que o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder implica responsabilidade na promoção do bem comum.
3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas. Assegurar que as comunidades em todos níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a oportunidade de realizar seu pleno potencial. Promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.
4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações. Reconhecer que a liberdade de ação de cada geração é condicionada pelas necessidades das gerações futuras. Transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apóiem, a longo prazo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra.

II – INTEGRIDADE ECOLÓGICA

5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida. Adotar planos e regulamentações para o desenvolvimento sustentável em todos os níveis que façam com que a conservação ambiental e a reabilitação sejam parte integrante de todas as iniciativas de desenvolvimento. Estabelecer reservas protegidas, com elementos da natureza fundamentais para a biosfera, incluindo terras selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de sustento à vida na Terra, manter a biodiversidade e preservar nossa herança

natural. Promover a recuperação de espécies e ecossistemas ameaçadas. Controlar e erradicar organismos não-nativos ou geneticamente modificados que causem dano às espécies nativas, ao meio ambiente, e prevenir a introdução desses organismos daninhos. Manejar o uso de recursos renováveis como água, solo, produtos florestais e vida marinha de formas que não excedam as taxas de regeneração e que protejam a sanidade dos ecossistemas. Manejar a extração e o uso de recursos não-renováveis, como minerais e combustíveis fósseis de forma que diminuam a exaustão e não causem dano ambiental grave.

6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução. Orientar ações para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais mesmo quando a informação científica for incompleta ou não conclusiva. Impor o ônus da prova àqueles que afirmarem que a atividade proposta não causará dano significativo e fazer com que os grupos sejam responsabilizados pelo dano ambiental. Garantir que a decisão a ser tomada se oriente pelas conseqüências humanas globais, cumulativas, de longo prazo, indiretas e de longo alcance. Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioativas, tóxicas ou outras substâncias perigosas. Evitar que atividades militares causem dano ao meio ambiente.

7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário. Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos. Atuar com restrição e eficiência no uso de energia e recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis, como a energia solar e do vento. Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência eqüitativa de tecnologias ambientais saudáveis. Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e habilitar os consumidores a identificar produtos que satisfaçam as mais altas normas sociais e ambientais. Garantir acesso universal a assistência de saúde que fomente a saúde reprodutiva e a reprodução responsável. Adotar estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e subsistência material num mundo finito.

8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a permuta aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido. Apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada à sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento. Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuam para a proteção ambiental e o bem-estar humano. Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público.

III – JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA

9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental. Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, a solos não-contaminados, ao abrigo e saneamento

seguro, distribuindo os recursos nacionais e internacionais requeridos. Prover cada ser humano de educação e recursos para assegurar uma subsistência sustentável, e proporcionar seguro social e segurança coletiva a todos aqueles que não são capazes de manter-se por conta própria. Reconhecer os ignorados, proteger os vulneráveis, servir àqueles que sofrem, e permitir-lhes desenvolver suas capacidades e alcançar suas aspirações.

10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.

Promover a distribuição equitativa da riqueza dentro das e entre as nações. Incrementar os recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento e isentá-las de dívidas internacionais onerosas. Garantir que todas as transações comerciais apóiem o uso de recursos sustentáveis, a proteção ambiental e normas trabalhistas progressistas. Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício do bem comum e responsabilizá-las pelas conseqüências de suas atividades.

11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas. Assegurar os direitos humanos das mulheres e das meninas e acabar com toda violência contra elas. Promover a participação ativa das mulheres em todos os aspectos da vida econômica, política, civil, social e cultural como parceiras plenas e paritárias, tomadoras de decisão, líderes e beneficiárias. Fortalecer as famílias e garantir a segurança e a educação amorosa de todos os membros da família.

12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias. Eliminar a discriminação em todas suas formas, como as baseadas em raça, cor, gênero, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social. Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas a formas sustentáveis de vida.

Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os a cumprir seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis. Proteger e restaurar lugares notáveis pelo significado cultural e espiritual.

IV – DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ

13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça. Defender o direito de todas as pessoas no sentido de receber informação clara e oportuna sobre assuntos ambientais e todos os planos de desenvolvimento e atividades que poderiam afetá-las ou nos quais tenham interesse.

Apoiar sociedades civis locais, regionais e globais e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações na tomada de decisões. Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de assembléia pacífica, de associação e de oposição. Instituir o acesso efetivo e eficiente a procedimentos administrativos e judiciais independentes, incluindo retificação e compensação por danos ambientais e pela ameaça de tais danos. Eliminar a corrupção em todas as instituições públicas e privadas. Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios ambientes, e atribuir responsabilidades ambientais aos níveis governamentais onde possam ser cumpridas mais efetivamente.

14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável. Oferecer a todos, especialmente a crianças e jovens, oportunidades educativas que lhes permitam contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável. Promover a contribuição das artes e humanidades, assim como das ciências, na educação para sustentabilidade. Intensificar o papel dos meios de comunicação de massa no sentido de aumentar a sensibilização para os desafios ecológicos e sociais. Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma subsistência sustentável.

15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração. Impedir crueldades aos animais mantidos em sociedades humanas e protegê-los de sofrimentos. Proteger animais selvagens de métodos de caça, armadilhas e pesca que causem sofrimento extremo, prolongado ou evitável. Evitar ou eliminar ao máximo possível a captura ou destruição de espécies não visadas.

16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz. Estimular e apoiar o entendimento mútuo, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro das e entre as nações. Implementar estratégias amplas para prevenir conflitos violentos e usar a colaboração na resolução de problemas para manejar e resolver conflitos ambientais e outras disputas. Desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não-provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica. Eliminar armas nucleares, biológicas e tóxicas e outras armas de destruição em massa. Assegurar que o uso do espaço orbital e cósmico mantenha a proteção ambiental e a paz. Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da qual somos parte.

O CAMINHO A SEGUIR

Como nunca antes na história, o destino comum nos conchama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que nos comprometer a adotar e promover os valores e objetivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável aos níveis local, regional, nacional, e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa, e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão. Devemos aprofundar e expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca iminente e conjunta por verdade e sabedoria.

A vida muitas vezes envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Porém, necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo prazo. Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efetiva.

Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra com um instrumento internacional legalmente unificador quanto ao ambiente e ao desenvolvimento.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida.

José Antônio da Silva Gonçalves

Fonte: www.movimentodasartes.com.br

Carta da Terra

1. O TEXTO

A Carta da Terra propriamente dita Principais tópicos

I. RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DE VIDA

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.
2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.
3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.
4. Assegurar a generosidade e a beleza da Terra para as atuais e às futuras gerações.

II. INTEGRIDADE ECOLÓGICA

5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial atenção à diversidade biológica e aos processos naturais que sustentam a vida.
6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.
7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.
8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover o intercâmbio aberto e a aplicação ampla do conhecimento adquirido.

III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA

9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.
10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.
11. Afirmar a igualdade e a equidade dos sexos como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.
12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, com especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.

IV. DEMOCRACIA, NÃO-VIOLÊNCIA E PAZ

13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e prover transparência e responsabilização no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e acesso à justiça.

14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.

15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.

16. Promover uma cultura de tolerância, não-violência e paz.

2. O PROCESSO DE REDAÇÃO

Como a Carta da Terra foi criada

Da ideia inicial ao texto oficial: A história de um documento escrito a milhões de mãos

Em 1987 a Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (que se tornou também conhecida como Comissão Brundtland, numa referência à Sra. Brundtland na época Primeira Ministra da Noruega que a liderou) fez um chamado para a criação de uma nova Carta que estabelecesse os princípios fundamentais para orientar a transição para o desenvolvimento sustentável. Essa recomendação consta no relatório "Our Common Future", publicado naquele ano.

Em 1992 durante o processo preparatório para a Eco-92 (Earth Summit no Rio de Janeiro), várias propostas sobre o possível conteúdo da Carta foram debatidas, mas não houve acordo político.

E, assim, a Declaração do Rio tornou-se o documento formal do consenso atingido entre as nações naquele momento. Não obstante, a proposta para criar uma efetiva Carta da Terra recebeu um apoio considerável da sociedade civil global.

Em 1994 o processo para criação de uma Carta desse tipo foi reiniciado, desta feita como uma iniciativa da sociedade civil e com a facilitação e suporte inicial do governo da Holanda. O

processo rapidamente se ampliou com o engajamento de comitês nacionais, consultas à comunidade acadêmica e ao público em geral em dezenas de países. O processo inicial de consulta e redação também apoiou-se em centenas de documentos internacionais, com foco especial nas declarações de princípios éticos que encontravam-se nas raízes de acordos internacionais.

Em 1997 foi formada uma Comissão Internacional da Carta da Terra, composta por 24 líderes, com o objetivo de coordenar o desenvolvimento final do texto e alcançar o consenso em torno deste documento global.

Em 2000, após extenso diálogo, e consideração de contribuições por escrito de milhares de pessoas e redação de inúmeras versões, o Comitê redator chegou ao consenso em torno da Carta da Terra, em uma reunião realizada no mês de março, na sede da UNESCO em Paris. Alguns meses depois a Carta da Terra foi oficialmente lançada durante uma cerimônia realizada no Palácio da Paz, em Haia, na Holanda.

3. A SEQUÊNCIA

O período que se seguiu à criação da Carta

Os apoios que a Carta da Terra recebeu no período 2000 a 2005

Nos anos que se seguiram ao lançamento formal da Carta da Terra foi realizada uma campanha que atraiu milhares de adesões de organizações (representando milhões de pessoas), bem como a de assembléias gerais de instituições como UNES CO e UI CN. Centenas de municipalidades promulgaram resoluções oficiais expressando seu apoio e aval à Carta da Terra.

Em 2002 a Carta da Terra foi considerada como referência-chave por ocasião do World Summit for Sustainable Development, realizado em Joanesburgo, na África do Sul. Na ocasião houve, também, grande número de declarações públicas de apoio por parte de Chefes de Estado e líderes de várias partes do mundo.

Em 2005 a Carta da Terra já era amplamente reconhecida como uma declaração de consenso global quanto ao significado de sustentabilidade, quanto à visão desafiadora de um

desenvolvimento sustentável e quanto aos princípios para que esse desenvolvimento fosse realizado.

A Carta da Terra tem sido desde então usada como base para negociações de paz, como documento de referência para o desenvolvimento de padrões e códigos de ética globais, como recurso para processos legislativos e de governança, como ferramenta para o desenvolvimento de políticas por parte de comunidades, como modelo educacional voltado à sustentabilidade e em diversos outros contextos.

4. O INÍCIO DO MOVIMENTO

Como começou a fase "Carta da Terra em Ação"

Como começou a fase "Carta da Terra em Ação" O evento que lançou a Fase de Ação e a criação do Conselho Internacional

Em 2005 foi lançada a fase da Carta da Terra em Ação, em Amsterdam, na Holanda, sob os auspícios do Comitê Nacional para Cooperação Internacional e Desenvolvimento Sustentável (NCDO), com a presença do primeiro-ministro e da rainha da Holanda.

Na ocasião foi lançado o livro "Carta da Terra em Ação", com 62 artigos de especialistas de todo o mundo.

Durante o encontro, decidiu-se também criar um Conselho Internacional que logo foi formado por 22 especialistas de várias partes do mundo que, em conjunto com a Secretaria Geral da Carta da Terra, formariam um Núcleo de Catalisação/Mobilização mundial do movimento junto a todos, visando a efetiva realização da visão de um futuro melhor, efetivamente sustentável, expressa na Carta da Terra.

Desde então, o Conselho Internacional vem se reunindo a cada seis meses e a prioridade tem sido a definição de diretrizes que dêem base para um movimento capaz de fluir de forma natural pelo mundo todo.

5. O MOVIMENTO HOJE

Como a fase de ação vem evoluindo

Como o movimento vem acontecendo organicamente, no mundo todo

Em 2007, governos de diversos países começaram a celebrar compromissos ainda mais fortes e formais com a Carta da Terra. O Ministério do Meio Ambiente do Brasil estabeleceu um acordo formal junto à Secretaria Geral da Carta da Terra e uma ONG brasileira de direitos humanos para promover a Carta da Terra em todos os segmentos da sociedade brasileira, bem como internacionalmente. Dois ministérios do governo do México expressaram um compromisso público com a Carta no contexto de uma celebração presidencial do Dia da Terra.

Outros governos estaduais e municipais iniciaram ou fortaleceram processos semelhantes de estabelecimento de compromissos públicos para implantar a Carta em programas e iniciativas importantes, inclusive o Estado de Queensland, na Austrália, a República do Tartaristão, na Federação Russa, e cidades como São Paulo (Brasil), Oslo (Noruega), Munique (Alemanha) e Calgary (Canadá).

A Carta da Terra também exerceu importante influência sobre o Plano de Implantação da UNESCO para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

No final de 2007, o Conselho Internacional da Carta da Terra finalizou a elaboração das diretrizes (["guiding principles"](#)) que têm por objetivo assegurar que o processo de evolução orgânica do movimento tenha um eixo (ou seja, assegurar que o processo descentralizado de fazer acontecer gire em torno de valores essenciais contidos no espírito da Carta).

As perspectivas futuras são de que a Carta da Terra continuará a crescer no mundo todo como fonte de inspiração para ações conscientes em todos os campos da atividade humana e como documento de referência para o desenvolvimento de políticas, leis, padrões e acordos internacionais.

A descentralização abre caminho para uma rápida expansão das atividades relacionadas à Carta da Terra em todo o planeta.

O objetivo do movimento é simples e claro: assegurar que pela ação consciente, espontânea, no dia-a-dia, milhões (ou bilhões) de pessoas de todas as partes do mundo contribuam, num processo de auto-organização, para a evolução da vida no planeta.

6. A COORDENAÇÃO HOJE

Como funciona a Secretaria Geral do Movimento

O Núcleo de Coordenação do Movimento.

Sua Secretaria geral em Costa Rica e o suporte do Conselho Internacional

O Movimento Carta da Terra em Ação pressupõe a ação consciente, espontânea, natural, orgânica, de milhões de pessoas no mundo todo. Milhões de pessoas que, usando a Carta da Terra como visão de um futuro melhor para todos, passam a agir, trabalhar, viver de modo a contribuir para a realização dessa visão.

É a professora que muda o jeito de dar aulas em função da visão da Carta da Terra. É o presidente de empresa que passa a decidir de forma diferente (do que fazia) depois de conhecer a Carta da Terra, inclusive reinventando a própria missão, visão e valores da organização, bem como seu modelo de negócios e estratégias de base. É o artista que passa a criar suas obras em novo nível de consciência guiado pela Carta da Terra.

Assim sendo, é um movimento que evita grandes estruturas hierárquicas e centralizadas.

O Movimento é eminentemente "descentralizado", biológico, não-mecânico e, portanto, dispensa estruturas grandes e custosas. O Movimento dispensa todo tipo de "comando e controle" do fazer acontecer, seja nas várias regiões do planeta, em países específicos ou mesmo numa comunidade ou organização.

É por isso que não haverá um "representante oficial" da Carta da Terra exclusivo em cada país. Haverá milhares. Não haverá um coordenador da Carta da Terra em uma dada região. Haverá

milhares. Não será necessário fazer reuniões de coordenação. Os próprios princípios da Carta da Terra e os "guiding principles" é que asseguram uma coordenação natural. É claro que muita coisa poderá ser feita em equipe. Mas que seja um fazer acontecer efetivo (na busca de resultados-fins) e não em atividades de controle e similares de caráter burocrático.

É dentro dessa filosofia que o Núcleo do Movimento deverá funcionar. A Secretaria Geral do Movimento Carta da Terra será sempre um núcleo de poucas pessoas que irá requerer poucos recursos para sua sustentação. O papel da Secretaria Geral é de assegurar as melhores condições possíveis (principalmente na forma de orientações gerais, princípios e guidelines) para que o Movimento evolua de forma espontânea e orgânica no mundo todo, na velocidade necessária.

A Diretora Executiva do Núcleo é Mirian Vilela. Ela também é em função de seu papel membro do Conselho Internacional do Movimento da Carta da Terra.

A Secretaria Geral da Carta da Terra está sediada em Costa Rica, no campus da Universidade da Paz, instituição criada pela Organização das Nações Unidas.

Faz parte do Núcleo de Coordenação o Conselho Internacional, cujo papel é o de recomendar e orientar na forma de diretrizes/princípios o trabalho da Diretora Executiva e da Secretaria Geral do Movimento da Carta da Terra.

7. SUA PARTICIPAÇÃO